



UnB

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE DIREITO

LAISLA CAMILA PINHEIRO OLIVEIRA

**ALIENAÇÃO PARENTAL:
UMA ANÁLISE ACERCA DA POSSÍVEL RETIRADA DA LEI Nº 12.318/2010 DO
ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO**

BRASÍLIA
2020

Laisla Camila Pinheiro Oliveira

**ALIENAÇÃO PARENTAL:
UMA ANÁLISE ACERCA DA POSSÍVEL RETIRADA DA LEI Nº 12.318/2010 DO
ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado
ao curso de Graduação em Direito da
Faculdade de Direito da Universidade de
Brasília, como requisito parcial para a
conclusão do curso e consequente obtenção
do grau de bacharela em Direito.
Orientadora: Profª Doutora Debora Bonat

BRASÍLIA
2020

Laisla Camila Pinheiro Oliveira

**ALIENAÇÃO PARENTAL:
UMA ANÁLISE ACERCA DA POSSÍVEL RETIRADA DA LEI Nº 12.318/2010 DO
ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado
ao curso de Graduação em Direito da
Faculdade de Direito da Universidade de
Brasília, como requisito parcial para a
conclusão do curso e consequente obtenção
do grau de bacharela em Direito.
Orientadora: Profª doutora Debora Bonat

Brasília/DF, 15 de dezembro de 2020

Banca Examinadora

Profª Doutora Debora Bonat

Orientadora

Fernanda de Carvalho Lage

Examinadora 1

Roberta Zumblick Martins da Silva

Examinadora 2

AGRADECIMENTO

Este trabalho representa a luz do fim de uma caminhada de longos anos em busca da tão sonhada graduação. A caminhada nem sempre foi fácil e, por isso, eu não poderia deixar de registrar o meu mais sincero agradecimento àqueles que me apoiaram em todos estes anos.

Primeiramente, agradeço a Deus - sem o qual eu não sou nada -, que sempre me sustenta, me dá forças e bom ânimo para percorrer todos os caminhos da minha vida.

Aos meus pais, a quem eu devo tudo o que já sou e o que eu vier a ser e conquistar. Obrigada por toda a paciência, amor, bom humor e, por sempre serem os maiores incentivadores dos meus sonhos.

Aos meus irmãos, que são as pessoas que mais me fazem sorrir.

Ao meu namorado, Pedro, que está comigo desde o início dessa jornada nesta Universidade e que, com muito amor e paciência, me apoiou ao longo dos últimos anos.

Aos meu amigos, que sempre me incentivam e se alegram por minhas conquistas, em especial à Keyla Sousa que, desde o início dessa caminhada, sempre me orienta e auxilia com as minhas escolhas profissionais.

E, por fim, a todos os professores que já tive, cujos ensinamentos farão sempre parte da profissional que eu estou me tornando.

RESUMO

O presente trabalho tem como tema a possível retirada da lei nº 12.318/2020 – a lei de alienação parental – do ordenamento jurídico brasileiro. O principal objetivo deste estudo foi aprofundar o conhecimento acerca do que é a alienação parental, bem como as suas consequências na vida daqueles que a sofrem, de modo a demonstrar a importância da não revogação da referida lei. Esta pesquisa utilizou o método descritivo e, no primeiro momento, preocupou-se em abordar os conceitos de alienação parental, diferenciando-o da síndrome da alienação parental. Na continuidade, abordou-se o tratamento processual dado aos casos que envolvem alienação parental no Brasil e, por fim, apresenta-se os argumentos levantados em prol da revogação da lei, a fim de que se entenda o porquê de tal proposta, bem como, para que se pense em alternativas à tal medida.

Palavras-chave: alienação parental. Síndrome da alienação parental. Lei de alienação parental. Alternativas à revogação da lei de alienação parental.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1 CONCEITUAÇÃO DA ALIENAÇÃO PARENTAL	12
1.1 Síndrome da alienação parental	12
1.2 Sinais da síndrome da alienação parental	13
1.2.1 Repercussões da síndrome da alienação parental na criança e no adolescente	14
1.3 A importância da psicologia forense	16
2 A LEI DE ALIENAÇÃO PARENTAL.....	18
2.1 Contexto histórico	18
2.2 O tratamento processual para casos de alienação parental no Brasil	19
2.3 Casos de alienação parental	22
2.3.1 Caso Joanna	22
2.3.2 Caso do menino Bernardo	23
3. A POSSÍVEL RETIRADA DA LEI DE ALIENAÇÃO PARENTAL DO ORDENAMENTO JURÍDICO	25
3.1 A banalização da lei nº 12.318/2010. Seu suposto uso para encobrir ilícitos e seu hipotético caráter sexista	25
3.2 Discordâncias acerca da existência da síndrome da alienação parental....	26
3.3 Alternativas à revogação da lei de alienação parental	27
3.3.1 Direito sistêmico e as constelações familiares	28
CONCLUSÃO	31
REFERÊNCIAS	34

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

LAP - Lei de Alienação Parental (Lei nº 12.318, de 26 de agosto de 2010).

SAP - Síndrome da Alienação Parental.

CID - Classificação Internacional de Doenças.

AP - Alienação parental

MP - Ministério Público

AAIG - Associação de Advogadas pela Igualdade de Gênero

ADI – Ação Direta de Inconstitucionalidade

STF – Supremo Tribunal Federal

INTRODUÇÃO

O tema abordado é a possível retirada da lei de alienação parental do ordenamento jurídico brasileiro, bem como as repercussões frente a essa possibilidade e as alternativas que poderiam ser tomadas a essa medida.

A família, ao longo do tempo, sofreu diversos rearranjos estruturais. A organização antiga, por exemplo, se caracterizava muito mais como uma espécie de associação com diversos fins, que não aqueles que são priorizados hoje, de forma que as suas formações eram bem mais rígidas e previsíveis, tendo em vista que objetivavam tão somente atender à padrões sociais que visavam a perpetuação da família para fins tais quais a reprodução humana, religião, questões patrimoniais etc.

Com o tempo, o conceito e os objetivos de constituição de família evoluíram. Hoje, além de existirem diversos tipos de arranjos familiares, os objetivos são bem diferentes daqueles visados anteriormente. O que se busca, agora, é a família como espaço de realização pessoal do ser humano, tendo como fator principal para a sua constituição a existência do afeto. Não obstante, a importância dada ao afeto nas formações familiares atuais não é a única mudança nos rearranjos estruturais dessas organizações. Quando a família tinha objetivos meramente patrimoniais, por exemplo, a estrutura formada legitimava a existência de um poder exercido pelo então chefe de família: o Pátrio Poder, caracterizado como o poder que o homem exercia sobre a sua família.

Com o advento da evolução das famílias, ao se observar a criação de novas estruturas, tais como as famílias monoparentais e as uniões homossexuais, e o fato de que as mulheres, cada vez mais, buscam igualdade em diversas esferas sociais, perde-se o sentido da manutenção do Pátrio Poder, que dá lugar ao poder familiar, hoje mais abordado como autoridade parental, tendo em vista que se trata de um conjunto de direitos e deveres que os pais, conjuntamente, possuem sobre os filhos. Dessa forma, os pais passam a ser tratados como igualmente importantes e responsáveis pelo desenvolvimento físico e afetivo da prole. Tal mudança de perspectiva ensejou, também, em um dos principais princípios do Direito de família:

o princípio do melhor interesse da criança, de forma que todas as decisões quanto à família, devem observar primeiramente aquilo que vai ser melhor para o infante.

Nesta continuidade, observa-se que no âmbito das relações familiares, houve uma mudança, também, quanto ao tratamento dado à dissolução do casamento. Segundo, Paulo Lôbo (2018), prevaleceu por muito tempo a idealização do casamento sob um enfoque religioso, que dava a essa instituição uma natureza divina e, por isso, tratava o vínculo matrimonial como indissolúvel. Contudo, após diversos anos de mudanças políticas que atuaram diretamente nas organizações familiares, hoje, a solubilidade do vínculo matrimonial é uma realidade e provoca diversas mudanças na vida dos componentes de uma família, em especial, da prole do casal.

A dissolução do vínculo matrimonial, ainda que de forma amigável, é um fato que, por si só, traz diversas mudanças sociais e psicológicas ao desenvolvimento dos filhos envolvidos, que precisarão de um trabalho conjunto dos pais para que a assimilação da nova situação se dê da maneira mais confortável possível. No entanto, diversas vezes as situações de separação não ocorrem de forma amigável, o que irá implicar na existência de diversos outros litígios quanto à guarda dos filhos, direitos de visitas etc. Nesse contexto de litígio, há a figura da alienação parental que, se não for corretamente identificada e abordada no âmbito familiar, poderá trazer prejuízos irreversíveis ao desenvolvimento emocional da criança ou adolescente vítima do abuso.

Neste ensejo, o ordenamento jurídico brasileiro possui a lei de alienação parental que prevê diversos instrumentos com o fim de coibir os atos de alienação nos âmbitos familiares. Contudo, diversas vezes a referida norma foi utilizada como salvaguarda de ilícitos, além de haver diversas interpretações negativas quanto ao significado da existência dessa norma.

Considerando o contexto apresentado, o objetivo deste trabalho é expor a importância da lei nº 12.318/2010 no ordenamento jurídico brasileiro, bem como, pensar em outras possibilidades que poderiam ser exploradas em detrimento da sua revogação.

Dessa forma, serão demonstrados, também, os desafios que o Judiciário enfrenta ao lidar com esse tema, tanto por se tratarem de situações muito sensíveis, quanto por, muitas vezes, o sistema não estar tecnicamente preparado para a correta abordagem do assunto.

A escolha do tema é motivada pelo interesse da manutenção da Lei de Alienação Parental no ordenamento jurídico brasileiro e, também, pelo desejo de aprofundar os estudos acerca de uma organização tão cara à sociedade - a família - e que imbrica, profunda e especificamente, com o cuidado que deve ser dado ao melhor interesse dos infantes, que necessitam de especial proteção do ordenamento jurídico.

Pelo exposto, e como já mencionado, esta pesquisa sugere a manutenção da Lei de alienação parental no ordenamento jurídico pátrio e, para que haja maior efetividade da norma e, conseqüentemente, a diminuição da sua aplicação equivocada, faz-se necessário o aprimoramento da lei, bem como, a capacitação dos sujeitos diretamente relacionados aos processos, de forma que haja um trabalho conjunto com a psicologia, por meio de profissionais especializados.

A pesquisa tem por finalidade defender os posicionamentos quanto à necessidade de existir previsão legal específica para amparar os casos relacionados ao tema deste trabalho, tomando como fundamento estudos da área da psicologia que alicerçam a existência da alienação parental e que demonstram as conseqüências negativas na vida daqueles que sofrem tal ofensa. Destarte, o debate acerca do assunto não deve ocorrer com enfoque único nos aspectos jurídico-processuais.

No primeiro momento da pesquisa, serão apresentados os conceitos de alienação e da síndrome da alienação parental, bem como, uma breve abordagem acerca da lei nº 12.318/10.

No segundo momento, serão abordadas as repercussões na vida dos rebentos que vivem a situação de alienação, a partir de um ponto de vista psicológico, bem como o tratamento que é dado para esses casos no Brasil.

Por fim, serão abordadas, mais especificamente, as questões relativas à possível revogação da Lei de Alienação Parental, assim como, o contexto que deu alicerce para esse pleito, além das alternativas que poderiam ser tomadas em desfavor da revogação.

1 CONCEITUAÇÃO DA ALIENAÇÃO PARENTAL

A alienação parental muitas vezes se confunde com a síndrome da alienação parental - SAP - por serem de conteúdos interdependentes, de forma que, quase sempre, guardam uma correlação de causa e consequência. No entanto, a alienação parental se refere ao conjunto de atos praticados pelo genitor alienador - normalmente aquele que detém a guarda da criança ou adolescente -, e que irão interferir negativamente no desenvolvimento psicológico desses rebentos, bem como, no comportamento dos filhos quanto ao outro genitor (alienante).

Faz-se mister enfatizar que, comumente, a situação de alienação surge no bojo do desfazimento do vínculo familiar e é praticado por um dos genitores com o intuito de depreciar o papel do outro na vida da prole. Todavia, é importante considerar que há casos em que a alienação é feita por outros familiares e, em algumas situações, é possível que o alienador pratique os atos de alienação sem ter a consciência das consequências negativas que podem surgir desses atos.

1.1 Síndrome da alienação parental

Com a dissolução do vínculo familiar, diversos sentimentos são aflorados naqueles que irão vivenciar diretamente a separação do casal. Nesse contexto, muitas vezes os pais se encontram tão imersos nesses sentimentos que não conseguem diferenciar seus papéis de marido e esposa dos papéis de pai e mãe, de forma que passam a envolver seus filhos, seja de forma voluntária ou não, nos seus afetos, muitas vezes, mal resolvidos.

Segundo Madaleno¹, a primeira definição da Síndrome da Alienação Parental foi apresentada no ano de 1985, pelo perito judicial americano Richard Gardner. O ordenamento jurídico brasileiro não faz menção direta à síndrome, uma vez em que o termo não foi recepcionado pelo meio científico, de forma que não consta na classificação internacional de doenças (CID). Por consequência, a lei trata apenas de atos que, voluntários, objetivam influenciar negativamente a percepção que a criança possui quanto a um dos genitores.

¹ MADALENO, Ana Carolina Carpes; MADALENO, Rolf. **Síndrome da alienação parental: importância da detecção - aspectos legais e processuais**. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

A Síndrome da Alienação Parental é um distúrbio da infância que aparece quase exclusivamente no contexto de disputa de custódias de crianças. Sua manifestação preliminar é a campanha denegatória contra um dos genitores, uma campanha feita pela própria criança e que não tenha nenhuma justificação. Resulta da combinação das instruções de um genitor (o que faz a lavagem cerebral, programação, doutrinação) e contribuições da própria criança para caluniar o genitor alvo. Quando o abuso e/ou a negligência parentais verdadeiros estão presentes, a animosidade da criança pode ser justificada, e assim a explicação de Síndrome de Alienação Parental para a hostilidade da criança não é explicável. (Richard Gardner. 1998. p.148)

Diferentemente da alienação parental, a Síndrome da Alienação Parental trata do conjunto dos sintomas causados a partir dos atos da alienação. Daí o porquê da correlação de causa e consequência. A Síndrome pode ter início a partir da campanha de alienação realizada por um dos genitores e que irá influenciar diretamente no comportamento da criança alienada que, na maioria dos casos, sem ter motivos próprios, passa a tratar os sentimentos do alienador como se fossem seus e, assim, passa ela mesma a querer se afastar do genitor alienante.

1.2 Sinais da Síndrome da alienação parental

Considerando a importância de identificar a síndrome precocemente, para que se possa abordá-la da forma correta, no momento inicial² do tratar com a criança ou adolescente deve-se considerar que se trata de um problema psicológico, que afeta cada pessoa de uma forma diferente, o que demandará uma análise individualizada e bastante subjetiva para que se possa identificar ou não os sinais da ocorrência da Síndrome.

Sendo a síndrome³ resultante de uma campanha difamatória feita por um dos genitores contra o outro, um dos principais sinais a serem identificados na criança alienada é o fato de que ela mesma passa a difamar o genitor alienado. O contexto da separação faz com que, naturalmente, a criança sinta o medo de ser abandonada, ou de que não irá mais ser amada pelos seus pais. Com a divisão da

² VELLY, Ana Maria Frota. **Alienação Parental: Uma Visão Jurídica e Psicológica**. Instituto Brasileiro de Direito de Família, 2010. Disponível em: <http://www.ibdfam.org.br/artigos/666/novosite>. Acesso em: 21/07/2020.

³ Síndrome como sendo “um grupo de sinais e sintomas que ocorrem juntos como uma condição capaz de ser reconhecida, mas que podem ser menos específicos que um transtorno ou uma doença no sentido estrito” (KAPLAN, H. I.; SADOCK, B. J.; GREBB, J. A.). *Compêndio de psiquiatria: ciências do comportamento e psiquiatria clínica*, p. 289).

guarda estabelecida, a criança se perceberá convivendo mais com um dos pais, e, nesse momento, é normal que se apegue mais a esse genitor, e normalmente é o genitor detentor da guarda que promove os atos difamatórios contra o outro. Nesse contexto, para se resguardar do medo do abandono, é comum que a criança estabeleça uma relação de maior dependência e submissão em relação ao genitor alienante, de forma que irá procurar formas de não o desagradar e, assim, irá facilmente adotar a programação mental realizada.

Os seres humanos são ambivalentes por natureza⁴, não sendo comum a característica de gostar ou desgostar totalmente de algo ou alguém. No entanto, no âmbito da alienação parental, percebe-se que o infante alienado pode absorver a alienação de forma tão intensa que passa ela mesma a atacar o seu genitor de forma que essa sua aversão não possui lacunas: ela desgosta inteiramente daquela pessoa e, o mesmo ocorre quanto ao seu bem querer pelo genitor alienante: a criança o ama de forma que não consegue lhe apontar falhas, o vê como alguém totalmente bom e amável.

Dessa maneira, outro sinal muito importante e também bastante perceptível, é o fato de que a criança, assim como ocorre com os seus sentimentos, não hesita quanto aos fatos testemunhados, de forma que sempre tem certeza de que o acontecimento que descreve foi inteiramente ruim para si ou que ocorreu por maldade do genitor a quem difama. Ademais, é comum que, ao descrever tais acontecimentos, a criança apresente dúvidas quanto à sequência dos fatos, necessitando várias vezes, de que parentes, ou o próprio alienador que esteja presente, o auxilie a “lembrar” do ocorrido, o que demonstra que, nesses casos, o menor nunca vivenciou tal situação e trata-se apenas de falsas lembranças incutidas na mente desprotegida da prole.

1.2.1 Repercussões da síndrome da alienação parental na criança e no adolescente

⁴ MADALENO, Ana Carolina Carpes; MADALENO, Rolf. **Síndrome da alienação parental: importância da detecção - aspectos legais e processuais**. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

A separação dos pais juntamente com a mudança do ambiente familiar e todas as demais mudanças ocasionadas pelo desfazimento da união é um fato que, por si só, gera inúmeras consequências na vida da prole envolvida. A depender da idade dos infantes envolvidos, do modo como os pais enfrentam esse processo entre si e para com a criança, essas consequências podem ser mais ou menos graves, podendo também serem mais pontuais ou, até mesmo, se estenderem por toda a vida do adulto que foi uma criança desamparada em um momento que precisava de um cuidado mais intenso dos pais.

Uma das grandes consequências da síndrome da alienação parental é o cerceamento do direito do filho de amar plenamente um dos seus genitores. Nos estágios leves da prática da alienação, a criança ainda consegue conviver com o genitor alienado⁵, mas à medida que a campanha difamatória vai se intensificando, a criança passa a tomar as próprias providências para excluir o genitor difamado da sua vida, alimentando sentimentos de raiva que não possuem motivos aparentes para o genitor alienado, o que pode fazer com que este pai, frustrado, passe a adotar, também, um comportamento de se afastar do filho.

As sequelas da Síndrome da Alienação Parental, em maior ou menor grau, estão relacionadas com a importância do papel dos pais na vida dos filhos. Como já mencionado, a idade da criança que sofre os atos de alienação, é um dos fatores mais determinantes para se avaliar o grau da gravidade que essas repercussões trarão. Crianças com pouca idade, diante das mudanças ocasionadas na sua vida, tendem a sentirem-se culpadas pelos acontecimentos, inclusive pela própria separação dos pais, uma vez em que se encontra em um momento do desenvolvimento da sua personalidade em que são mais egocêntricas e, por isso, sempre se colocam no centro dos acontecimentos, sejam bons ou ruins.

Todas as pessoas possuem em si uma parte de cada um dos seus progenitores de forma que, no seu íntimo, amam aos dois e se sentem pertencentes aos dois. Quando são estimulados a renegar um desses genitores, é sentida uma

⁵ TORRES, Bruna Meneses. **Diferenças entre alienação parental e síndrome de alienação parental (SAP) e suas consequências para criança ou adolescente**. Conteúdo jurídico, 2018. Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/51935/diferenca-entre-alienacao-parental-e-sindrome-de-alienacao-parental-sap-e-suas-consequencias-para-crianca-ou-adolescente>. Acesso em: 22/07/2020.

exclusão pessoal, uma renúncia de parte de si mesmo, que resultará em consequências negativas no desenvolvimento da sua personalidade, bem como, em problemas nas gerações futuras, inclusive, pois, ainda que de forma inconsciente, a criança buscará ter modos de vida que de alguma forma a conectem com aquele genitor que foi afastado, como um meio de honrar aquele progenitor, bem como de se conectar a uma parte de si mesma que foi renegada na infância. (MADALENO E MADALENO, 2018).

De modo mais objetivo, as consequências mais observadas, em curto prazo, nas crianças alienadas são:

Alterações na área afetiva: depressão infantil, angústia, sentimento de culpa, rigidez e inflexibilidade diante de situações cotidianas, insegurança, medos e fobias, choro compulsivo sem motivo aparente.

Alterações na área interpessoal: dificuldade em confiar no outro, dificuldade em fazer amizades, dificuldade em estabelecer relações, principalmente com pessoas mais velhas, apego excessivo a figuras “acusadoras”.

Alterações na área da sexualidade: não querer mostrar seu corpo, recusar tomar banho com colegas, recusa anormal a exames médicos e ginecológicos, vergonha em trocar de roupa na frente de outras pessoas. (MADALENO E MADALENO, 2018. p. 52).

Da mesma forma, em longo prazo, esses infantes podem desenvolver depressões, a partir de angústias, por terem se privado da companhia e do amor de um dos pais quando sequer tinham maturidade para fazer tais escolhas. Ademais, de acordo com Richard Gardner (apud TORRES⁶, 2018), podem se mostrar mais inclinados a desenvolver outros distúrbios psicológicos tais como ansiedade, síndrome do pânico, baixa autoestima, além de utilizar álcool e outras drogas como meio para aliviar suas dores interiores, bem como dificuldades de se relacionar e/ou manter relacionamentos estáveis.

1.3 A importância da psicologia forense

⁶ TORRES, Bruna Meneses. **Diferenças entre alienação parental e síndrome de alienação parental (SAP) e suas consequências para criança ou adolescente**. Conteúdo jurídico, 2018. Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/51935/diferenca-entre-alienacao-parental-e-sindrome-de-alienacao-parental-sap-e-suas-consequencias-para-crianca-ou-adolescente>. Acesso em: 22/07/2020.

O Direito, de forma geral, abarca inúmeras situações em que são possíveis abundantes interpretações sobre um mesmo fato. Em fartas circunstâncias, nos diversos ramos do Direito, há um espaço considerável para o subjetivismo, mas em um ramo, de modo mais especial, esse subjetivismo se torna ainda mais sensível por comportar, inclusive, uma avaliação do ponto de vista afetivo. Esse ramo é o direito de família.

De acordo com Paulo Lôbo⁷, com o advento da Constituição Federal de 1988, o princípio da afetividade, no âmbito do direito de família, recebeu um grande impulso, ainda que previsto apenas implicitamente, passando a ser usado como base para diversas decisões dos tribunais brasileiros. A afetividade, do ponto de vista jurídico, não se confunde com o afeto tratado pelas ciências sociais, como a psicologia, por exemplo, uma vez em que se trata de um fenômeno que o Direito, isoladamente, não consegue abarcar de forma mais ampla.

Nesta ocasião, e considerando de forma ainda mais específica os casos de alienação parental, bem como da Síndrome da Alienação Parental, dentro do Direito de família, surge a importância de psicólogos e psiquiatras atuando no processo judicial em conjunto com os operadores habituais do Direito, para que o processo se dê de forma a comportar e respeitar a sensibilidade que esses casos requerem.

A psicologia forense - ou psicologia jurídica - é o ramo da psicologia que atua no contexto dos processos judiciais, auxiliando o magistrado ao realizar estudos que poderão servir de base para a sua decisão. Os profissionais da saúde que trabalham em comunhão com o direito possuem ampla atuação, podendo auxiliar no cuidado da saúde mental dos operadores do direito, propriamente ditos, bem como atuar em processos criminais examinando a personalidade do réu, que poderá ser levada em consideração quando do seu julgamento, por exemplo, além da atuação nos litígios de família, dentre outros.

No âmbito das varas de família, mais especificamente em relação aos casos de alienação parental, o profissional da psique tem uma importância mais acentuada, tendo em vista os inúmeros fatores que se somam, tais como: o fato de

⁷ LÔBO, Paulo. Direito Civil: volume 5: **Famílias**. São Paulo: Saraiva, 2018.

que na maioria das vezes os casos envolvem crianças em tenra idade, além de que essas crianças estarão em um momento bastante delicado, em que uma abordagem feita de forma incorreta poderá dificultar, ainda mais, a resolução da lide, e, ainda que os adultos envolvidos no processo também se encontram emocionalmente abalados pelo próprio contexto da dissolução do vínculo familiar. Ademais, é de suma importância ressaltar que, não raras vezes, os casos de alienação parental, bem como de Síndrome da Alienação Parental, podem englobar casos de abuso sexual contra a prole envolvida, o que ressalta a relevância da presença de psicólogos e psiquiatras voltados para o contexto judicial.

2 A LEI DE ALIENAÇÃO PARENTAL

Após os diversos rearranjos estruturais pelos quais a organização familiar passou, atualmente, é bastante reconhecido o fato de que a família deixa de ser a base do Estado⁸ para ser tratada como espaço de realização individual de seus sujeitos. Ainda assim, tendo em vista que este será o primeiro círculo social do qual o ser humano fará parte, pode-se analisar o quão a vivência neste ambiente influenciará as escolhas que o indivíduo fará durante a sua vida. Dessa forma, considerando a importância que esse vínculo representa no plano jurídico, o Estado passa a regulamentar essas relações.

É notória a tendência de que os indivíduos têm se insurgido com o intuito de que suas relações privadas sejam cada vez menos alvo das intervenções estatais. No entanto, quando se está em jogo o interesse público⁹, faz-se necessário que o Estado lance mão do seu poder normativo, tendo em vista a proteção do bem comum. Nesta conjuntura, nos deparamos com o fenômeno da constitucionalização do Direito de família, que consiste na releitura dos seus institutos à luz dos princípios contidos na carta Magna de 1988, o que resultou no conhecimento de diversos

⁸ LÔBO, Paulo. Direito Civil: volume 5: **Famílias**. São Paulo: Saraiva, 2018.

⁹ Ibidem.

princípios basilares no Direito de família, tais como o princípio do melhor interesse da criança e do adolescente e o princípio da proteção integral, por exemplo.¹⁰

2.1 Contexto histórico

A alienação parental, apesar de ser uma prática antiga, só passou a receber tratamento legislativo no ano de 2010, quando, em 27 de agosto deste ano, foi publicada a lei 12.318. Anteriormente à criação da lei, era comum que o juiz, e os demais operadores do Direito, ignorassem os prejuízos psicológicos advindos do processo de separação, bem como, o fato da criança ser separada de um dos seus genitores fosse tratado como algo normal, uma vez em que ainda não havia se consolidado a igualdade de importância de ambos os pais na formação psicológica dos filhos, situação que é comprovada ao se observar as estatísticas de que, em 90% (noventa por cento) dos litígios de separação, as mães detêm a guarda dos filhos, número que também explica a maior incidência da prática de alienação por parte das mulheres.

2.2 O tratamento processual para casos de alienação parental no Brasil

Devido aos inúmeros debates que até hoje são fomentados acerca dos estudos de Richard Gardner sobre a síndrome de alienação parental, bem como, devido ao fato – já citado alhures – de que o termo “síndrome” não fora recepcionado pelo meio científico, de forma a não constar na classificação internacional de doenças (CID), a lei brasileira foi elaborada de forma que a caracterização da Alienação Parental independe da existência da síndrome, uma vez em que a norma trata acerca de **atos** voluntários que podem caracterizar a Alienação Parental.

Os casos de alienação parental não são novidades no judiciário brasileiro. Há estudos¹¹ que demonstram que, ao tempo da publicação da Lei de Alienação

¹⁰ JUNIOR, Eloy Pereira Lemos; COSTA, Marilu Rodrigues Da. **Alienação Parental** - Uma análise da Lei 12.318/2010. Publica Direito. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=0c57998b6a829067>>. Acesso em: 23 de set de 2020.

¹¹ **LEI PREVÊ PUNIÇÃO PARA PRATICANTES DE ALIENAÇÃO PARENTAL**. Jusbrasil, 2010. Disponível em: <<https://tj-ms.jusbrasil.com.br/noticias/2359294/lei-preve-punicao-para-praticante-de-alienacao-parental>>. Acesso em: 02 de out de 2020.

Parental, a cada 10 (dez) processos de separação que envolviam litígio sobre a guarda dos filhos, 3 (três) envolviam, também, atos que passaram a poder ser tipificados como sendo de alienação parental.

Com a constante modernização do judiciário e com o maior reconhecimento dos papéis dos demais operadores do Direito, tais como psicólogos, assistentes sociais e outros peritos, por exemplo, os atos de alienação parental, na maioria das vezes, já podem ser mais facilmente identificados no âmbito dos processos nas varas de família. Com o advento dos estudos sobre o assunto, os juízes já conseguem, inclusive, observar processos que, no início, já dão indícios de que podem vir a ser palco para novos casos de alienação parental.

De acordo a letra fria da lei 12.318 de 2010, os atos de alienação parental podem ser declarados de ofício, pelo juiz, ou, ainda, mediante requerimento das partes. Reconhecidos os indícios de Alienação Parental, o processo referente terá tramitação prioritária e o juiz, ouvido o Ministério Público, deverá determinar as medidas necessárias para a preservação dos menores envolvidos.

A própria lei descreve, em seu artigo 6º (sexto), quais as medidas que o juiz poderá tomar ao identificar os atos típicos de implantação de falsas memórias na criança ou adolescente. As medidas podem variar de simples declaração da ocorrência e adversão ao alienador, até a inversão da guarda do menor, ou, até mesmo, a suspensão da autoridade parental do genitor alienador. O juiz poderá, ainda, estipular multa ou determinar o acompanhamento psicológico e/ou biopsicossocial, tudo isso sem prejuízo de eventual responsabilidade civil ou criminal. Impende ressaltar que o projeto original de lei teve vetado as previsões que permitiam o uso de mediação, como forma de solução extrajudicial do conflito, além do artigo que previa pena de prisão para àquele que apresentasse falsos relatos em juízo, de modo a buscar evitar a convivência da criança com um de seus pais.

Neste momento processual faz-se mister ressaltar, mais uma vez, a importância dos peritos no processo. Todas as medidas que o juiz pode determinar, amparado pela lei, serão mais bem executadas, em relação ao menor, quando amparadas, também, em laudos e estudos realizados pelos peritos envolvidos no

processo, uma vez em que possuem conhecimentos que, na grande maioria das vezes, fogem do poder do juiz da causa.

Essa importância pode ser percebida, por exemplo, na previsão do artigo 699 do Código de processo civil (2015)¹² que prevê que "quando o processo envolver discussão sobre o fato relacionado a abuso ou a alienação parental, o juiz, ao tomar o depoimento do incapaz, deverá estar acompanhado por especialista", e pode ser mais facilmente compreendida, por exemplo, ao se pensar que, ao detectar os sinais de alienação, o juiz pode determinar a inversão da guarda em favor do genitor alienado, mas melhor o fará se, antes, em parceria com um perito experto no assunto, verificar em que grau de separação está a criança e o pai alienado, a fim de que não prejudique, ainda mais, o desenvolvimento psicológico do menor, ao provocar um convívio que, naquelas circunstâncias, apesar de justo e necessário, não fará bem à criança. Decisão que respeita totalmente o princípio do melhor interesse da criança e do adolescente, e que demonstra a delicadeza do olhar acurado que deve ser voltado para esses casos.

Apesar da prática de alienação parental em si não ser considerada um crime, a denúncia da sua ocorrência deve ser apurada com bastante rigor e prioridade de tramitação no curso processual. O juiz, ao se deparar com os atos de alienação parental, tem o poder-dever de declará-la de ofício e, além disso, a sua denúncia, por meio das partes, pode ocorrer de forma incidental, no processo já em curso, ou por meio de ação autônoma. Em ambos os casos, além da descrição minuciosa dos fatos a serem apurados, a denúncia deverá estar munida das possíveis provas da ocorrência dos fatos descritos.

A partir disso, deve-se ouvir as partes envolvidas, analisar todas as informações trazidas aos autos, além de ouvir adequadamente, de forma técnica, a criança ou adolescente envolvidos e, assim, ter informações aprofundadas para que se possa tomar uma decisão acerca do caso. Nesta toada reitera-se a importância do aprimoramento do Judiciário para lidar com esses casos, uma vez em que as situações não são estanques. Há episódios em que não se tratava de Alienação

¹² BRASIL, Lei nº 13.105 de março de 2015. Código de Processo Civil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, v. 01, nº. 01, 2015.

Parental propriamente dita, mas sim de uma interpretação equivocada da criança acerca dos fatos vivenciados, por exemplo. No entanto, muitas vezes os fatos se tratam, de fato, de Alienação Parental podendo ocorrer em alguns casos, inclusive, abuso sexual contra os menores, e o Judiciário deve estar preparado, amparado de partes técnicas especializadas, para lidar com esse leque de situações que podem ocorrer.

2.3 Casos de alienação parental

Os processos que envolvem casos de alienação parental, por tratarem de Direito familiar, a esfera mais íntima da vida social dos envolvidos – sobretudo se envolvem menores incapazes -, são protegidos pelo segredo de justiça, o que impede que o público em geral tenha conhecimento e possa se aprofundar sobre o que ocorre nos autos e na vida das pessoas envolvidas. No entanto, não são raros os depoimentos de pessoas que já passaram por tal situação e que, por isso, carregam consigo as máculas de tais atos.

Com o intuito de dar mais conhecimento a estes acontecimentos¹³, o diretor Alan Minas criou, no ano de 2009, o documentário intitulado de *A morte inventada*, que trata acerca das experiências vividas por pais e filhos que foram igualmente vítimas das práticas de alienação parental. O longa-metragem que possui cerca de uma hora de duração traz o depoimento de várias vítimas que descrevem não apenas a época e as dificuldades que viveram quando da prática dos atos de alienação, mas também as consequências que, inevitavelmente, levaram para a vida adulta. Além disso, a produção também conta com interferências de especialistas da área que, de maneiras pontuais, fazem esclarecimentos acerca dos fatos narrados.

Para além dos casos que são documentados de forma pública e autorizada, há os acontecimentos que chegam ao conhecimento do público em geral devido à grande notoriedade que é dada pela mídia, na maioria das vezes, por envolver algum desfecho trágico que passa a despertar o clamor social. Neste ensejo, é

¹³ COSTA, Ana Ludmila Freire. **A morte inventada**: depoimentos e análise sobre a alienação parental e sua síndrome. Scielo, Campinas, 06, abr. 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2011000200015. Acesso em: 15 de novembro de 2020.

importante citar dois casos que envolvem o homicídio de crianças envoltas em divergências familiares e que passaram a ser analisados sob a óptica da alienação parental.

2.3.1 Caso Joanna

A vítima, a criança Joanna, nascida em outubro de 2004¹⁴, era fruto de um curto relacionamento entre os seus pais, o advogado e técnico judiciário André Rodrigues Marins e a médica Cristiane, que nunca chegaram a morar juntos e se separaram antes mesmo do nascimento da filha. Com o nascimento da criança, André a registrou, mas, segundo a mãe, não ia visitá-la com frequência, o que fez com que Cristiane ingressasse com uma ação para regulamentar as visitas, bem como, para que fosse instituído o pagamento de pensão alimentícia.

Certa vez, em uma das visitas, a criança ao voltar para a casa da mãe apresentou marcas de agressão, fato que foi devidamente levado ao Judiciário e que ocasionou na perda do direito de visitas do pai, que não protestou. Meses depois, o pai da criança apresentou falsas alegações de que a mãe praticara atos de alienação parental e a inversão da guarda foi determinada conjuntamente com a proibição de mãe e filha se encontrarem por determinado período¹⁵.

Durante o período em que passou sob a guarda do pai, a criança foi vítima de maus tratos por parte de seu genitor e de sua madrasta. Contraiu meningite, doença viral e, por falta de cuidados no lar e por imperícia de um falso médico, veio a óbito em 13 de agosto de 2010¹⁶, depois de quase um mês em estado de coma.

Infelizmente, o caso Joanna é uma história sobre o uso de má-fé do sistema judiciário, a partir da errônea aplicação da lei de alienação parental que, com o passar dos anos e com as más experiências, fez com que os operadores do Direito se aprimorassem e se aprofundassem mais acerca de todas as situações que podem estar por trás de uma alegação de alienação parental, bem como sobre todas

¹⁴ LOBATO, Eliane. **As várias tragédias de Joanna**. Istoé. 20, ago. 2010. Disponível em: https://istoe.com.br/96766_AS+VARIAS+TRAGEDIAS+DE+JOANNA/. Acesso em: 15 de novembro de 2020.

¹⁵ Ibidem.

¹⁶ Ibidem.

as consequências que podem surgir a partir de uma decisão tomada com base nas alegações de Alienação Parental.

2.3.2 Caso do menino Bernardo

Ainda mais recente, ocorrido no ano de 2014, o caso do menino Bernardo é ainda mais trágico. Órfão de mãe desde os 7 anos, a contar de que a mãe se suicidou¹⁷ no consultório do pai, em 2010, a criança passou a morar com seu genitor, o médico cirurgião Leandro Boldrini, e com a madrasta, Graciele Ugulini Boldrini.

Na pequena cidade em que moravam, no interior do Rio Grande do Sul, era conhecido o fato de que a criança sofria maus tratos por parte da madrasta, que falava mal da sua mãe, já falecida, e da avó materna da criança, o que ocasionava em uma dificuldade para que a criança convivesse com a avó. Além disso, também era de conhecimento que o menino não era bem quisto pelo pai.¹⁸ O próprio menino Bernardo chegou a procurar o Judiciário em busca de “mudar de família”, fato que fez com que o Ministério Público investigasse o médico por negligência afetiva e abandono familiar¹⁹. Esses acontecimentos fizeram com que o menor passasse a residir com sua avó materna. Entretanto, passado algum tempo, o pai solicitou uma nova chance de convivência com o filho, o que foi autorizado pela justiça e pelo próprio filho, conforme o MP.

A partir desse histórico, em novembro de 2014, a criança foi dada como desaparecida e chamou a atenção o fato de que tanto o pai quanto a madrasta não deixaram suas atividades rotineiras de lado mesmo diante do suposto desaparecimento da criança de 11 anos. Após as investigações, concluiu-se que a criança fora brutalmente assassinada por alta dosagem de medicação, teve seu cadáver banhado por soda cáustica e abandonado em uma cova na beira de uma estrada de um

¹⁷ FRAGA, Rafaella. **Bernardo morreu dia 4 de abril de forma 'violenta', diz atestado de óbito**. G1, 16, abr. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2014/04/bernardo-morreu-dia-4-de-abril-de-forma-violenta-diz-atestado-de-obito.html>. Acesso em: 15 de novembro de 2020.

¹⁸ WAGNER, Carlos. **Por que ninguém acreditou no menino Bernardo?**. Observatório da imprensa. 19, mar. 2019. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/jornalismo-investigativo/por-que-ninguem-acreditou-no-menino-bernardo/>. Acesso em 15 de novembro de 2020.

¹⁹ FRAGA, Rafaella. **Bernardo morreu dia 4 de abril de forma 'violenta', diz atestado de óbito**. G1, 16, abr. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2014/04/bernardo-morreu-dia-4-de-abril-de-forma-violenta-diz-atestado-de-obito.html>. Acesso em: 15 de novembro de 2020.

município vizinho ao que residiam. O homicídio fora planejado pela madrasta, e executado com o auxílio de uma colega, bem como do seu irmão, tendo, ainda, a ciência do pai, o médico Leandro Boldrini.

Assim como o caso da criança Joanna, o caso do menino Bernardo demonstra não só as tristes consequências que podem ser provenientes de casos de alienação parental, mas também o desfecho trágico que pode ter uma situação que não fora bem analisada por um Judiciário preparado tecnicamente para receber essas questões, analisar todas as provas que foram apresentadas - ainda que informalmente -, e dar o amparo correto a uma criança que se encontra, física e emocionalmente, desprotegida por parte daqueles que deviam fazê-lo.

3. A POSSÍVEL RETIRADA DA LEI DE ALIENAÇÃO PARENTAL DO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

A lei que dispõe acerca da alienação parental, Lei 12.318, foi sancionada em 26 de agosto de 2010, depois de 20 meses de tramitação no Congresso Federal. Após quase 10 (dez) anos de vigência, e após ter sido alvo de diversas críticas desde o seu projeto inicial, em dezembro de 2019²⁰, é ajuizada no Supremo Tribunal Federal, a Ação direta de inconstitucionalidade nº 6273, com o intuito de contestar a constitucionalidade da Lei de Alienação Parental. Associação de Advogadas pela Igualdade de Gênero (AAIG), que ajuizou a referida ADI no STF, argumenta, sobretudo, o caráter sexista por trás da lei. A partir desse questionamento inicial, existem, pelo menos, 6 (seis)²¹ projetos de lei em tramitação no Congresso com o fim de revogar ou alterar a Lei de Alienação Parental.

3.1 A banalização da lei nº 12.318/2010. Seu suposto uso para encobrir ilícitos e seu hipotético caráter sexista

²⁰ FERNANDES, Marcela. **Por que o Congresso e o STF podem revogar a Lei de Alienação Parental**: Associação de Advogadas pela Igualdade de Gênero pediu para o Supremo considerar a lei inconstitucional. Huffpost, 11, jan. 2020. Disponível em: https://www.huffpostbrasil.com/entry/revogacao-lei-alienacao-parental_br_5e18ffbcc5b6640ec3d45890. Acesso em: 15 de novembro de 2020.

²¹ Ibidem.

Um dos argumentos mais fortes e o mais utilizado para embasar o pleito da revogação da Lei de Alienação Parental é o de que os atos de alienação parental estariam sendo denunciados, irresponsavelmente, no curso do processo, para encobrir casos de abusos – físicos ou sexuais. A associação de advogadas que ajuizou a ADI, afirma que, em vários casos, um dos genitores busca o Judiciário para regulamentar as visitas à criança, ou até mesmo para suspender o direito de visitas, por haver indícios de que o outro genitor estaria abusando, de alguma forma, da prole. Feito isso, o genitor e suposto abusador, poderia, de má-fé, alegar a existência de alienação parental por parte do genitor acusador, o que faria com que o juiz do processo, de forma desacertada, pudesse determinar qualquer das medidas já citadas alhures, inclusive, a inversão de guarda para o genitor abusador.

Na tragédia de Eurípedes²², Medeia²³ era casada com Jasão, com quem tinha dois filhos: Feres e Mérmero. Para assegurar a paz no reino, Jasão aceitou casar-se com a filha do rei Creonte e, assim, passou a repudiar Medeia que, com seus feitiços e motivada pelo seu desejo de vingança do marido, incendiou o palácio e assassinou os seus próprios filhos. A partir da síntese deste enredo, impende citar que a associação argumenta, ainda, que a lei de alienação parental teria um cunho machista, uma vez em que reforçaria a imagem da mulher como a figura mais frágil da relação e que, por não superar o término do relacionamento, independente do motivo, se vingaria na prole, tal como Medeia.

3.2 Discordâncias acerca da existência da síndrome da alienação parental

Outro motivo alegado pelas entidades que buscam alterar ou revogar a Lei de Alienação Parental é a controvérsia existente no meio científico acerca da existência – ou não – da Síndrome de Alienação Parental. Há opositores que afirmam, inclusive, que Richard Gardner - psiquiatra que após realizar diversos estudos deu origem ao termo “Síndrome da alienação parental” -, seria um pedófilo e que teria criado sua tese sobre a Síndrome justamente para encobrir seus ilícitos.

²² Para ver a peça completa: Eurípedes, (341 b.C./2007). Medeia. São Paulo: Odysseus. Recuperado: 25 de junho de 2014, no site <<http://www.lendo.org/wp-content/uploads/2007/06/medeia.pdf>>

²³ SARMET, Yvanna Aires Gadelha. **Os filhos de Medeia e a Síndrome da Alienação Parental**. Scielo, São Paulo, set/dez, 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642016000300482&lang=pt#B10. Acesso m: 16 de novembro de 2020.

Como forma de reforçar o argumento, a entidade reuniu dados e apresentou pesquisas e referências do Direito comparado, como do México, país que rechaçou legislação semelhante por meio da Suprema Corte. De acordo com a inicial, em 2006, o Conselho Nacional de Juízes dos Tribunais de Família e de Menores, nos Estados Unidos, qualificou a SAP como uma “síndrome desacreditada pela comunidade científica”, que “conduz os tribunais a assumir que os comportamentos e atitudes das crianças em relação ao progenitor dito ‘alienado’ não têm fundamento na realidade”.

Da mesma forma, o México também usou como argumento para a revogação da norma a ausência de consenso na comunidade psiquiátrica internacional sobre o conceito. Dentre outros argumentos usados para a supressão da SAP do ordenamento jurídico local, a Associação de Advogadas pela Igualdade de Gênero destacou que a consequência da legislação perpetuava a violência de gênero. “Isso porque as mulheres passaram se sentir desencorajadas e desestimuladas a denunciar violências sofridas por suas filhas e filhos e por elas mesmas, uma vez que esse pedido de socorro às autoridades públicas era, na maioria das vezes, interpretado como falsa acusação e, por consequência, a elas se aplicavam as regras da alienação parental.”

Na análise de decisões judiciais em Portugal, elas registraram ainda que nas situações em que os pais eram acusados de serem os alienadores a aplicação da legislação era mais amena. Os pais, nesses casos, não foram punidos com a perda da guarda, como frequentemente acontece com as mulheres nas hipóteses em que se recusam entregar as crianças aos pais durante as visitas.

“Há esforço do Judiciário em manter o vínculo paterno em caso de suspeita de abuso sexual. Esforço que inexistente em caso de diagnóstico de alienação parental, prevalecendo a punição do genitor reconhecido como alienador, sem considerar que a criança também será penalizada com a inviabilização inclusive de visitas supervisionadas”, afirmam as advogadas. (ANA POMPEU, 2019).²⁴

3.3 Alternativas à revogação da lei de alienação parental

Com o acaloramento das discussões acerca dos projetos que visam a revogação da lei de alienação parental, percebe-se que, evidentemente, não existe um consenso no meio jurídico, nem no meio científico, quanto à proposta. Há associações e demais entidades que defendem sua revogação, mas há, também, fortes organizações que não vêem na revogação a única solução para os problemas apontados. Há magistradas²⁵ que trabalham em varas de família, por exemplo, que defendem que se existe uma lei

²⁴ POMPEU, Ana. **Associação de Advogadas contesta Lei de Alienação Parental no STF** - Entidade considera que norma é discriminatória contra mulheres e coloca crianças em situação de mais vulnerabilidade. JOTA, Brasília, 2, dez. 2019. Disponível em: https://www.jota.info/paywall?redirect_to=//www.jota.info/stf/do-supremo/associacao-de-advogadas-contesta-lei-de-alienacao-parental-no-stf-02122019. Acesso em: 16 de novembro de 2020.

²⁵ Maria Isabel da Silva defende Lei da Alienação Parental em audiência da CDH do Senado. Associação dos magistrados do Brasil, 15 de julho de 2019. Disponível em: https://www.amb.com.br/maria-isabel-da-silva-defende-lei-da-alienacao-parental-em-audiencia-da-cdh-do-senado/?doing_wp_cron=1593184252.2801220417022705078125#. Acesso em: 16 de novembro de 2020.

que tem por finalidade assegurar o melhor interesse da criança, ou adolescente, não há porque defender a sua revogação. No entanto, defendem que pode, e devem, ser buscadas alternativas à sua revogação e, inclusive, realizar alterações na lei.

3.3.1 Direito sistêmico e as constelações familiares

Não é atual o conhecimento de que, na grande maioria das vezes, a resolução de conflitos por meio do Judiciário não gera a sensação de justiça em todos os envolvidos na lide. A solução dada por uma sentença proferida por um desconhecido que teve conhecimento apenas superficial do conflito, muitas vezes, resulta em mais atritos entre as partes, por resolver o problema de modo superficial, sem ser capaz de ir na raiz das causas. Tal fato se agrava ainda mais, ao se pensar nas situações que envolvem litígio de família, uma vez em que, naturalmente, irão envolver afetos, sentimentos feridos, crianças em importante idade de desenvolvimento emocional etc. A partir disso, torna-se interessante trazer ao Judiciário as técnicas de constelações familiares, como uma nova tentativa de resolver os conflitos de forma consensual.

Constelação familiar é um método pseudoterapêutico, não científico de medicina alternativa, que se baseia, para a resolução de conflitos, nas conexões energéticas existentes entre as pessoas de um grupo familiar. Esse tipo de abordagem foi originalmente desenvolvido pelo terapeuta e filósofo alemão Bert Hellinger que, estudando as formações familiares, desenvolveu três leis sistêmicas - ou ordens do amor: hierarquia, pertencimento e equilíbrio de troca - que regeriam esse círculo de convívio.

A Hierarquia ou Ordem de Chegada, diz respeito a quem chegou primeiro na família. Portanto, os mais velhos merecem ser olhados com muito respeito e cuidado, pois foi através deles que a família veio se mantendo. Você pode dizer que agora eles já estão velhos e não sabem mais das coisas. Isso, em muitos casos pode ser verdade, mas mesmo assim devem ser respeitados nas suas decisões e necessidades. Eles chegaram primeiro! (TESCAROLLI; GONÇALVES, p. 1).²⁶

²⁶ TESCAROLLI, Lillian; GONÇALVES, Fernando AB. **RESUMO:** As Leis Sistêmicas, chamadas por Bert Hellinger de Ordens do Amor exercem papel fundamental no equilíbrio e manutenção do sistema familiar. Essas Ordens são compostas por três Leis: Hierarquia; Pertencimento e Equilíbrio de Troca. Disponível em: http://www.carpesmadaleno.com.br/gerenciador/doc/09e7d4994e8515df65380e9e0a690b48leis_sistemas.pdf. Acesso em: 16 nov. 2020.

Pertencer é antes de tudo um sentimento natural, uma necessidade de qualquer ser humano. Cada pessoa que nasce ou é vinculada a um sistema, necessita ser reconhecida como membro integrante **e respeitada no seu lugar e papel dentro desse mesmo sistema**. No Sistema Familiar os membros são únicos e todos têm o direito de pertencer. Isso equivale dizer que **ninguém pode ser excluído não importando suas características, dificuldades ou virtudes pessoais**. Todos são importantes para o Sistema. **Quando ocorre uma exclusão no sistema familiar acontece um desequilíbrio. Essa situação passa a ser vivida por um descendente, sem que necessariamente ele tenha conhecimento ou afinidade com o antepassado excluído.** (TESCAROLLI; GONÇALVES, p. 1, grifo nosso).

A Lei do Dar e Receber, também chamada de Lei do Equilíbrio de Troca, foi observada nos grupos sociais por Bert Hellinger, como algo de fundamental importância para o funcionamento e manutenção dos sistemas de uma forma geral. Todo ser é dotado da capacidade de troca, oferecendo a outros seus dons, capacidades e habilidades e recebendo daqueles o que for importante para satisfazer suas necessidades de sobrevivência, crescimento e desenvolvimento. Uma relação equilibrada, quando ambas as pessoas compartilham mutuamente, dando e recebendo aquilo que cada um é capaz, é uma relação que promove o amadurecimento a liberdade e o bem-estar. (TESCAROLLI; GONÇALVES, p. 1).

Neste ensejo, surge o Direito Sistêmico, que trata acerca do uso da técnica de constelações familiares no âmbito da resolução de conflitos no Judiciário. No Brasil, o pioneiro em utilizar a técnica no Judiciário, bem como, o criador do termo Direito Sistêmico, é o juiz Sami Storch²⁷. Atualmente, o uso da técnica ainda não é muito difundido, inclusive por não ter caráter científico. Entretanto, ao pensar no uso da constelação no âmbito, em especial, do Direito de família, sobretudo nos casos que dizem respeito à alienação parental, percebe-se o quanto esse método pode ser benéfico e, também, uma alternativa à revogação da lei, uma vez em que poderia ser possível se aprofundar mais nos conflitos da família em litígio, e dirimir eventuais dúvidas acerca do uso da Alienação Parental para encobrir ilícitos.

Em uma breve análise de uma das correlações existentes entre os casos de Alienação Parental e a técnica de constelações familiares, observa-se que, quando ocorre um caso de alienação parental em uma família, o genitor alienador acaba por ocasionar o afastamento do outro genitor, o que resulta na quebra da segunda lei sistêmica, a lei do pertencimento. Quanto a isso, percebe-se que há padrões destrutivos

²⁷ Sami Storch é juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, doutorando em Direito Civil (PUC-SP) e mestre em Administração Pública e Governo (Eaesp-FGV/SP). É pioneiro na aplicação das constelações familiares no sistema judiciário do Brasil e autor da expressão "Direito sistêmico"

no âmbito de uma família, que se repetem geração após geração, e que são acontecimentos muito mais amplos do que aqueles que o Judiciário consegue abarcar.

Sob a luz das constelações sistêmicas, descortina-se o fato de que uma criança é parte de seu pai e parte de sua mãe. No campo da genética, tal informação é óbvia. Entretanto, no âmbito psicológico, é possível avistar com mais profundidade no campo comportamental que, a exclusão de um dos genitores da vida criança, resultará em uma exclusão de parte da própria criança que, inconscientemente, procurará repetir os padrões negativos que eram apontados pelo genitor alienador, a fim de que, de alguma forma, consiga se aproximar daquele que foi excluído da sua vida. (MADALENO; MADALENO, 2017).

Isto fica claro quando são analisados os padrões repetitivos nas famílias como, por exemplo, quando um pai perde todo seu dinheiro – levando a família à falência – e este comportamento é execrado, a mãe manifesta um temor de que o filho também seja um fracassado e faz de tudo para que ele seja diferente do pai, de maneira inconsciente a criança busca ter fracassos na vida, pois assim ela pode “honrar” aquele que foi excluído. (MADALENO; MADALENO, 2017, p. 68)

Por fim, a despeito de a técnica ainda não ser de grande conhecimento da população em geral, cada vez mais os operadores do direito têm procurado se aprofundar e conhecer melhor sobre o procedimento a fim de que possam auxiliar melhor seus clientes, e as demais partes de um processo, com a resolução não só célere, mas também eficaz de seus conflitos.

CONCLUSÃO

Seres humanos são seres complexos por natureza. Crianças, esses seres em desenvolvimento, são ainda mais indecifráveis. Relacionamentos afetuosos, que envolvem todo esse emaranhado de modos de sentir diferentes, não são nada cristalinos. Sejam de qual tipo for. Um tema que envolve crianças e seu desenvolvimento psicológico dentro do âmbito de relacionamentos familiares, então, é no mínimo, um desafio.

Inicialmente, o sistema jurídico brasileiro teve dificuldades e demorou a identificar que o que acontecia em determinados processos nas varas de família, se tratava de alienação parental. Quando por fim o fez, surgiram diversos contrapontos a fim de obstaculizar a criação de uma lei que, como já citado alhures, tem por fim maior proteger crianças e adolescentes dos possíveis efeitos causados pelos desafetos entre os seus pais. Não obstante, atualmente busca-se revogar a referida lei.

A criação de uma lei no Brasil é um processo burocrático. A lei 12.318/10, por exemplo, foi sancionada após cerca de 20 meses de tramitação no Congresso Federal e, agora buscam retirar do ordenamento jurídico uma lei tão importante, baseando-se em poucos estudos e analisando apenas casos isolados.

Diversas entidades argumentam, fortemente, que a existência da lei é sexista, que contribui para fortalecer a imagem da mulher como um ser rancoroso, vingativo, e até mau, já que seria capaz de usar os próprios filhos por um objetivo particular - que seria atacar seu ex-companheiro. No entanto, é sabido que, na grande maioria dos casos, é a mãe quem fica com a guarda da prole, e isso se deve, principalmente, a uma sociedade que sempre super valorizou a maternidade em detrimento do papel do homem como pai, que, até então, bastava ser o provedor da casa enquanto a mãe seria aquela responsável pelo afeto para com os rebentos.

Nesse seguimento, faz-se importante lembrar que, a favor da revogação da lei, foi ponderado o fato de que uma legislação de tal tipo é inédita no campo do Direito comparado. Quanto à isso, a legislação brasileira também é inovadora no que diz respeito a criação de uma lei que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher.

A lei 11.340 de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha, também é uma inovação em relação ao ordenamento jurídico de outros países, mas, de forma contrária, é muito bem recepcionada no país. Da mesma forma que a Lei de

Alienação Parental pode ser usada de modo a fortalecer a violência de gênero, a Lei Maria da Penha também pode. Ambas as leis podem, igualmente, serem invocadas de má-fé, uma vez em que a lei que visa coibir a violência doméstica, sabiamente, dá maior força probatória, em um primeiro momento, ao que é alegado pela mulher, como forma de protegê-la. Situação na qual, possivelmente, depois fique demonstrado que não era necessária. O fato é que, naquele momento o era. E exatamente o mesmo ocorre com as determinações que podem ser tomadas pelo juiz no âmbito de aplicação da Lei de Alienação Parental.

Diante do exposto acima, percebe-se que o que ocorre é que o ordenamento jurídico brasileiro, a despeito de superproteger o Princípio da afetividade, que tem sido o grande norteador nas decisões em Direito de família, não dá ao abuso psicológico a mesma importância que é dada à violência física. O sistema jurídico tem buscado dar maior notabilidade ao afeto, mas, de encontro a isso, está a tentativa de revogar uma lei que surge, justamente, para dar maior notoriedade ao abuso psicológico.

Dando continuidade, outra preocupação apontada pelos opositores da lei, é a situação em que a lei seria invocada para encobrir possíveis situações de abuso sexual e que o juiz, ao receber as alegações de alienação parental, poderia reverter a guarda do menor em favor do abusador, o que geraria um enorme risco à integridade do infante. No entanto, no âmbito processual, essas decisões não são tomadas de forma imediata e não profissional, tendo em vista, inclusive, que as partes têm direito à assistência técnica, recursos, pedidos de perícias etc.

Na prática, nas varas de família, a guarda não é invertida imediatamente ao recebimento da alegação de realização da Alienação Parental. Há diversas partes que são envolvidas no processo: peritos, advogados, o Ministério Público. Além de psicólogos, assistentes sociais etc. Apesar de a decisão ser do juiz, essas outras partes estarão analisando o caminho do processo e irão fornecer meios para subsidiar a sua decisão. Cada caso é um caso, e todos devem ser analisados de forma aprofundada, individualmente, e não de maneira genérica como forma de ser somente supedâneo para a tentativa de revogar a lei.

Por fim, este trabalho buscou demonstrar que a revogação da Lei de Alienação Parental não é a solução para os problemas apontados. A alienação parental não é uma criação recente. A lei veio apenas dar nome à um acontecimento que sempre existiu. O caminho a ser seguido é aperfeiçoar a lei, bem como os seus

aplicadores, capacitando-os para que saibam lidar melhor com toda a gama de situações que podem surgir.

Ademais, o Direito sistêmico tem se mostrado uma alternativa à mediação. Com os seus estudos acerca do comportamento e dos sentimentos humanos, é uma excelente possibilidade a ser aplicada na esfera dos casos de Alienação Parental. Além de tudo, melhor que a revogação seria a maior disseminação sobre o que é a alienação parental, de modo que, assim, os próprios pais envolvidos identificariam melhor o que estaria acontecendo, não só para poderem denunciar precocemente, mas também para evitarem prosseguir-la ao perceberem que estavam realizando, mesmo que sem a intenção.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Amanda Silveira de. **A revogação da Lei da Alienação Parental e o retrocesso para o Direito de Família**. Garrastazu advogados. 17 jun. 2020. Disponível em: <https://www.garrastazu.adv.br/a-revogacao-da-lei-da-alienacao-parental-e-o-retrocesso-para-o-direito-de-familia>. Acesso em: 19 nov. 2020.

Assessoria de comunicação do IBDFAM. **Especialistas do IBDFAM são contra revogação da Lei de Alienação Parental**. Instituto brasileiro de direito de família. 6 nov. 2019. Disponível em: <https://www.ibdfam.org.br/noticias/7095/Especialistas+do+IBDFAM+s%C3%A3o+contra+revoga%C3%A7%C3%A3o+da+Lei+de+Aliena%C3%A7%C3%A3o+Parental>. Acesso em: 18 nov. 2020.

BRASIL, Lei nº 13.105 de março de 2015. Código de Processo Civil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, v. 01, nº. 01, 2015.

BOSSOLANE, Julia Maria Ramos. **Julia Bossolane**: Lei de Alienação Parental ainda é pouco aplicada no Brasil. Consultor Jurídico, 23 set. 2014. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2014-set-23/julia-bossolane-lei-alienacao-parental-ainda-aplicada>. Acesso em: 19 nov. 2020.

COSTA, Ana Ludmila Freire. **A morte inventada**: depoimentos e análise sobre a alienação parental e sua síndrome. Scielo, Campinas, 06, abr. 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2011000200015. Acesso em: 15 de novembro de 2020.

DIAS, Maria Berenice. **Finalmente, alienação parental é motivo para prisão**. Consultor jurídico, 5 abr. 2018. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2018-abr-05/maria-berenice-dias-agora-alienacao-parental-motivo-prisao>. Acesso em: 20 nov. 2020.

FERNANDES, Marcela. **Por que o Congresso e o STF podem revogar a Lei de Alienação Parental**: Associação de Advogadas pela Igualdade de Gênero pediu para o Supremo considerar a lei inconstitucional. Huffpost, 11, jan. 2020. Disponível em: https://www.huffpostbrasil.com/entry/revogacao-lei-alienacao-parental_br_5e18ffbcc5b6640ec3d45890. Acesso em: 15 de novembro de 2020.

FIGEUIREDO, Fábio Vieira; ALEXANDRINIS, Georgios. **Alienação parental**. São Paulo: Saraiva, 2013.

FRAGA, Rafaella. **Bernardo morreu dia 4 de abril de forma 'violenta', diz atestado de óbito**. G1, 16, abr. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2014/04/bernardo-morreu-dia-4-de-abril-de-forma-violenta-diz-atestado-de-obito.html>. Acesso em: 15 de novembro de 2020.

JUNIOR, Eloy Pereira Lemos; COSTA, Marilu Rodrigues Da. **Alienação Parental - Uma análise da Lei 12.318/2010**. Publica Direito. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=0c57998b6a829067>>. Acesso em: 23 de set de 2020.

LEI PREVÊ PUNIÇÃO PARA PRATICANTES DE ALIENAÇÃO PARENTAL.

Jusbrasil, 2010. Disponível em: <<https://tj-ms.jusbrasil.com.br/noticias/2359294/lei-preve-punicao-para-praticante-de-alienacao-parental>>. Acesso em: 02 de out de 2020.

LOBATO, Eliane. **As várias tragédias de Joanna**. Istoé. 20, ago. 2010. Disponível em: https://istoe.com.br/96766_AS+VARIAS+TRAGEDIAS+DE+JOANNA/. Acesso em: 15 de novembro de 2020.

LÔBO, Paulo. Direito Civil: volume 5: **Famílias**. São Paulo: Saraiva, 2018.
MADALENO, Ana Carolina Carpes; MADALENO, Rolf. **Síndrome da alienação parental**: importância da detecção - aspectos legais e processuais. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

Maria Isabel da Silva defende Lei da Alienação Parental em audiência da CDH do Senado. Associação dos magistrados do Brasil, 15 de julho de 2019. Disponível em: https://www.amb.com.br/maria-isabel-da-silva-defende-lei-da-alienacao-parental-em-audiencia-da-cdh-do-senado/?doing_wp_cron=1593184252.2801220417022705078125#. Acesso em: 16 de novembro de 2020.

MARTINS, Marciana Oliveira de Lemos. **Análises de decisões judiciais sobre a alienação parental**: reflexos no desenvolvimento da criança e do adolescente. Âmbito jurídico, 1 jan. 2015. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-132/analises-de-decisoes-judiciais-sobre-a-alienacao-parental-reflexos-no-desenvolvimento-da-crianca-e-do-adolescente/>. Acesso em: 17 nov. 2020.

POMPEU, Ana. **Associação de Advogadas contesta Lei de Alienação Parental no STF - Entidade considera que norma é discriminatória contra mulheres e coloca crianças em situação de mais vulnerabilidade.** JOTA, Brasília, 2, dez. 2019. Disponível em: https://www.jota.info/paywall?redirect_to=//www.jota.info/stf/do-supremo/associacao-de-advogadas-contesta-lei-de-alienacao-parental-no-stf-02122019. Acesso em: 16 de novembro de 2020.

Redação do migalhas. **Lei de alienação parental, que tem menos de dez anos, corre risco de revogação.** Migalhas, 20 ago. 2019. Disponível em: <https://migalhas.uol.com.br/quentes/309251/lei-de-alienacao-parental-que-tem-menos-de-dez-anos-corre-risco-de-revogacao>. Acesso em: 20 nov. 2020.

Revista Crescer. **Pobreza, falta de um lar fixo e divórcio dos pais podem levar a mudanças químicas no cérebro da criança, diz estudo.** Disponível em: <<http://www.ibdfam.org.br/noticias/namidia/17517/Pobreza%2C+falta+de+um+lar+fixo+e+div%C3%B3rcio+dos+pais+podem+levar+a+mudan%C3%A7as+qu%C3%ADmicas+no+c%C3%A9rebro+da+crian%C3%A7a%2C+diz+estudo>>, Acesso em 15 Jun. 2019, 17:32:00.

SANTOS, Pablo Henrique Silva dos. **ANALISE QUANTITATIVA DAS DECISÕES SOBRE ALIENAÇÃO PARENTAL NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.** Publica Direito. Disponível em:.

<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=84c4e1ac8fbeda61>. Acesso em: 18 nov. 2020.

STORCH, Sami. **Direito sistêmico é uma luz no campo dos meios adequados de solução de conflitos**. Consultor Jurídico, 20 jun. 2018. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2018-jun-20/sami-storch-direito-sistemico-euma-luz-solucao-conflitos#top>. Acesso em: 18 nov. 2020.

TESCAROLLI, Lillian; GONÇALVES, Fernando AB. **RESUMO**: As Leis Sistêmicas, chamadas por Bert Hellinger de Ordens do Amor exercem papel fundamental no equilíbrio e manutenção do sistema familiar. Essas Ordens são compostas por três Leis: Hierarquia; Pertencimento e Equilíbrio de Troca.

TOMMASO, Luiz. **Lei da Alienação Parental nº 12.318/2010**, Jusbrasil, 2013. Disponível em: <https://luizfurlan.jusbrasil.com.br/artigos/111696940/lei-da-alienacao-parental-n-12318-2010>. Acesso em 19 nov. 2020.

TORRES, Bruna Meneses. **Diferenças entre alienação parental e síndrome de alienação parental (SAP) e suas consequências para criança ou adolescente**. Conteúdo jurídico, 2018. Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/51935/diferenca-entre-alienacao-parental-e-sindrome-de-alienacao-parental-sap-e-suas-consequencias-para-crianca-ou-adolescente>. Acesso em: 22/07/2020.

VARGAS, Michele Rosendo. **Revogar a Lei de Alienação Parental jamais será a solução**. Jusbrasil, 2018. Disponível em: <https://michelerosendo.jusbrasil.com.br/artigos/620159818/revogar-a-lei-de-alienacao-parental-jamais-sera-a-solucao>. Acesso em 19 nov. 2020.

VELLY, Ana Maria Frota. **Alienação Parental: Uma Visão Jurídica e Psicológica**. Instituto Brasileiro de Direito de Família, 2010. Disponível em: <http://www.ibdfam.org.br/artigos/666/novosite>. Acesso em: 21/07/2020.

WAGNER, Carlos. **Por que ninguém acreditou no menino Bernardo?**. Observatório da imprensa. 19, mar. 2019. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/jornalismo-investigativo/por-que-ninguem-acreditou-no-menino-bernardo/>. Acesso em 15 de novembro de 2020.